



**Eixo Temático: GT2 – O Papel das Políticas Públicas na Gestão do Território**  
**SOB A LUPA DA POLÍTICA:**  
**AVALIANDO O 'BOLSA FAMÍLIA' E O 'AUXÍLIO BRASIL' NAS**  
**MATRIZES IDEOLÓGICAS BRASILEIRAS**

*"Under the Political Microscope: Evaluating 'Bolsa Família' and 'Auxílio Brasil' within the Brazilian Ideological Framework"*

*"Bajo el Microscopio Político: Evaluación del 'Bolsa Família' y 'Auxilio Brasil' en el Contexto Ideológico Brasileño"*

**Priscila Nunes Ribeiro Marins<sup>1</sup>**  
**Karin Cardoso Alves<sup>2</sup>**

**RESUMO:**

Este estudo realiza uma análise comparativa das políticas de transferência de renda no Brasil, com foco nos programas "Bolsa Família" e "Auxílio Brasil", situando-os no contexto ideológico do país. O objetivo é avaliar como essas políticas foram formuladas e como impactaram a sociedade e a economia brasileira. Ademais, busca-se discutir suas implicações e eficácia na redução da pobreza e desigualdade, bem como na promoção da segurança alimentar. A metodologia empregada é a revisão da literatura existente sobre os programas, aliada à análise legislativa e contextos ideológicos. A abordagem teórica adotada é a análise comparativa, com ênfase nas dimensões socioeconômicas e políticas dessas políticas de transferência de renda. O estudo destaca a originalidade ao explorar a transição do programa "Bolsa Família" para o "Auxílio Brasil" no Brasil, um tema pouco abordado até o momento. Além disso, a relevância da pesquisa reside em contribuir para o entendimento das políticas públicas de transferência de renda no contexto brasileiro, fornecendo insights para futuros aprimoramentos desses programas. Os principais resultados apontam que o "Bolsa Família" foi eficaz na redução da pobreza e desigualdade, promovendo a segurança alimentar, principalmente entre as famílias mais pobres. Em contrapartida, o "Auxílio Brasil" enfrentou desafios de implementação e teve sua eficácia questionada, principalmente em relação às mudanças de ênfase para a transferência de renda, em detrimento das condicionalidades. Contribuições teóricas e metodológicas incluem a compreensão das políticas de transferência de renda sob diferentes perspectivas ideológicas, bem como a avaliação de suas implicações socioeconômicas.

**Palavras – chave:** Bolsa Família, Políticas Públicas, Auxílio Brasil, Contexto Ideológico.

<sup>1</sup> Mestranda em Planejamento Regional e Gestão de Cidade da Universidade Cândido Mendes. Membro da ABRADep. Membro do Observatório Eleitoral da ABRADep. Advogada sócia do Marins e Gomes advogados associados. [pryscilamarins@gmail.com](mailto:pryscilamarins@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestranda em Planejamento Regional e Gestão de Cidade da Universidade Cândido Mendes, Assistente Social.

## SUMMARY

This study conducts a comparative analysis of income transfer policies in Brazil, focusing on the "Bolsa Família" and "Auxílio Brasil" programs, placing them within the ideological context of the country. The objective is to evaluate how these policies were formulated and their impact on Brazilian society and the economy. Furthermore, it aims to discuss their implications and effectiveness in reducing poverty and inequality, as well as promoting food security. The methodology employed is a review of existing literature on the programs, combined with legislative analysis and ideological contexts. The adopted theoretical approach is a comparative analysis, with an emphasis on the socio-economic and political dimensions of these income transfer policies. The study highlights its originality in exploring the transition from the "Bolsa Família" program to "Auxílio Brasil" in Brazil, a topic that has been little addressed so far. Additionally, the research's relevance lies in contributing to the understanding of public income transfer policies in the Brazilian context, providing insights for future improvements to these programs. The main results indicate that "Bolsa Família" was effective in reducing poverty and inequality, particularly among the poorest families, while promoting food security. On the other hand, "Auxílio Brasil" faced implementation challenges, and its effectiveness was questioned, particularly regarding the shift in emphasis towards income transfer, at the expense of conditionalities. Theoretical and methodological contributions include an understanding of income transfer policies from various ideological perspectives, as well as an assessment of their socio-economic implications.

**Keyword:** Bolsa Família, Public Policies, Auxílio Brasil, Ideological Context.

## 1 - INTRODUÇÃO

As políticas de transferência de renda têm sido uma ferramenta fundamental na luta contra a pobreza e a desigualdade em muitos países, incluindo o Brasil. No contexto brasileiro, dois programas se destacam nesse cenário: o Programa Bolsa Família e o Programa Auxílio Brasil. Estes programas representam importantes esforços governamentais para combater a pobreza e promover a inclusão social, mas são moldados por diferentes contextos ideológicos e estratégias de implementação.

Este artigo tem como objetivo realizar uma análise abrangente das políticas de transferência de renda no Brasil, com um foco específico nos programas "Bolsa Família" e "Auxílio Brasil", a partir de uma abordagem multidisciplinar. Vamos examinar os objetivos declarados desses programas, bem como seus resultados efetivos, levando em consideração o contexto político, ideológico e os dados oficiais do Governo Federal. Além disso, discutiremos a relevância desses programas na redução da pobreza, desigualdade e segurança alimentar no Brasil.

A inserção de políticas públicas de transferência de renda como instrumento de combate à pobreza tem sido uma das preocupações centrais em diversos contextos ao redor do mundo. O Brasil, um país marcado por significativas desigualdades sociais e econômicas, tem buscado enfrentar essa problemática através de programas de transferência de renda, como o "Bolsa Família" e, mais recentemente, o "Auxílio Brasil."

Nesse contexto, é crucial avaliar a eficácia e a efetividade dessas políticas públicas na redução da pobreza, na diminuição da desigualdade e na promoção da segurança alimentar.

O Programa Bolsa Família, lançado em 2003, consolidou a unificação de diversos programas sociais pré-existentes e introduziu uma abordagem inovadora que vinculava a transferência de benefícios financeiros ao cumprimento de condicionalidades relacionadas à frequência escolar, saúde preventiva e combate ao trabalho infantil (Ministério da Economia, 2021; Rua, 2014). Com um forte enfoque na redução da miséria, inclusão social e promoção da emancipação das famílias mais pobres, o Bolsa Família foi um marco nas políticas de transferência de renda do país (WEISSHEIMER, 2006; MEDEIROS, BRITTO, SOARES, 2007).

Em contraste, o "Auxílio Brasil," que sucedeu o Bolsa Família em 2021, trouxe uma mudança significativa nas políticas de transferência de renda (Ministério da Cidadania, 2022). Sua eficácia na redução da pobreza, diminuição da desigualdade e promoção da segurança alimentar tem sido questionada. De Sordi (2021) argumenta que a implementação do Auxílio Brasil foi influenciada por uma agenda política mais ampla, visando a desmoralização do Estado e a remoralização conservadora.

Este novo programa se concentrou em fornecer assistência financeira a famílias em situação de vulnerabilidade econômica, com ênfase nas famílias em extrema pobreza (BRASIL, 2022). No entanto, as mudanças na ênfase do programa e as questões levantadas sobre a eficácia do Auxílio Brasil geraram discussões sobre o impacto das políticas de transferência de renda no Brasil (DE SORDI, 2021; BARBOSA & GERSHON, 2022).

Ao longo dos anos, esses programas sofreram mudanças substanciais em sua estrutura e implementação devido a diferentes contextos ideológicos moldados por diferentes administrações e regimes políticos. Essas mudanças, muitas vezes, refletem visões e abordagens distintas sobre a pobreza, a distribuição de renda e o papel do Estado na economia e no bem-estar social.

O "Bolsa Família", implementado durante o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), representou uma abordagem de esquerda, focando na redução da pobreza e na promoção de igualdade social. Suas condicionalidades visavam melhorar os indicadores de saúde e educação das famílias beneficiárias. Por outro lado, o "Auxílio Brasil", introduzido durante o governo do Partido Liberal (PL), reflete uma abordagem mais alinhada à direita política, com ênfase na eficiência fiscal e na recompensa ao trabalho.

Essas mudanças de ideologia influenciaram os valores, os critérios de elegibilidade, a duração e as condicionalidades dos programas. Diante dessas mudanças e do contexto mais amplo das políticas públicas no Brasil, este artigo tem como objetivo investigar como essas diferentes perspectivas ideológicas afetaram a formulação e os resultados dessas políticas de

transferência de renda para avaliar seu impacto na economia e na sociedade brasileira, por meio de uma análise comparativa entre os programas.

A análise comparativa dos programas "Bolsa Família" e "Auxílio Brasil" em relação aos impactos na economia e na sociedade, considerando diferentes contextos ideológicos, emerge como uma área carente de investigação aprofundada. A literatura existente geralmente descreve esses programas e seus resultados, mas há uma lacuna na compreensão de como os diferentes regimes ideológicos moldaram essas políticas e, conseqüentemente, como essas mudanças afetaram a eficácia e os impactos sociais e econômicos.

Este estudo é relevante à medida que o "Bolsa Família", um programa que teve suas raízes sob uma perspectiva mais centrada na esquerda, foi substituído pelo "Auxílio Brasil" sob uma administração com uma ideologia mais à direita.

Essas políticas desempenham um papel fundamental na vida de milhões de brasileiros em situação de vulnerabilidade econômica, sendo uma fonte crucial de apoio financeiro para famílias que lutam contra a pobreza e a extrema pobreza e, por isso, compreender como essas políticas foram influenciadas por diferentes ideologias políticas é essencial para avaliar como elas impactam diretamente a qualidade de vida das pessoas e famílias beneficiárias.

A eficácia dessas políticas públicas também está em pauta. A análise cuidadosa de como diferentes abordagens ideológicas moldaram esses programas permite avaliar quais estratégias se mostraram mais eficazes na redução da pobreza, na promoção da igualdade econômica e no fortalecimento da segurança alimentar. Isso é crucial para otimizar os recursos do governo e garantir que as políticas públicas atinjam seus objetivos.

Até porque as políticas públicas não são desenvolvidas em um vácuo, mas são moldadas por ideologias, prioridades políticas e pressões sociais. Ao analisar como as mudanças nos programas de transferência de renda estão relacionadas a mudanças ideológicas e contextos políticos podemos entender as forças subjacentes que impulsionam a formulação de políticas, bem como contribuir para o debate político, eis que as políticas de transferência de renda geralmente estão no centro desses debates.

Através de uma revisão da literatura, análise legislativa e avaliação dos resultados desses programas com base em dados governamentais, buscamos compreender os objetivos, contextos ideológicos e eficácia dessas políticas de transferência de renda.

## **2. METODOLOGIA**

Este trabalho adota uma abordagem metodológica de revisão de literatura e análise legislativa com o objetivo de examinar e comparar o Programa Bolsa Família e o Auxílio Brasil. Além disso, são considerados os contextos ideológicos em que esses programas foram concebidos e as evidências de seus resultados, com base em dados do Governo Federal.

A revisão da literatura envolve a análise crítica de estudos, artigos acadêmicos, relatórios governamentais e outras fontes relevantes que abordam o Bolsa Família, o Auxílio Brasil e políticas de transferência de renda no Brasil. Essa análise visa compreender as bases teóricas, os objetivos e os resultados desses programas, bem como identificar lacunas ou controvérsias na literatura existente.

A análise legislativa consiste na avaliação das leis, medidas provisórias e regulamentações que estabeleceram e modificaram o Bolsa Família e o Auxílio Brasil. Isso inclui a análise de documentos legais e normativos que delineiam os objetivos, as condicionalidades e os critérios de elegibilidade desses programas. A compreensão das bases legais é fundamental para contextualizar as políticas de transferência de renda.

Além disso, este estudo considera os contextos ideológicos em que o Bolsa Família e o Auxílio Brasil foram concebidos e implementados. Isso implica na análise das agendas políticas, econômicas e sociais que influenciaram a criação e as mudanças nesses programas ao longo do tempo.

Para avaliar os resultados desses programas, são utilizados dados do Governo Federal, incluindo informações sobre a redução da pobreza, desigualdade, segurança alimentar e outros indicadores relevantes. A análise desses resultados visa aferir a eficácia dos programas em relação aos objetivos declarados e identificar eventuais desafios ou contradições.

Essa metodologia permite uma análise abrangente e crítica dos programas Bolsa Família e Auxílio Brasil, levando em consideração múltiplas dimensões, incluindo aspectos teóricos, legais, contextuais e empíricos. A combinação de revisão de literatura, análise legislativa e avaliação de dados governamentais contribui para uma compreensão mais profunda e embasada dessas políticas de transferência de renda.

### **3. HISTÓRIA DAS POLÍTICAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL:**

Os programas de transferência de renda no Brasil tiveram início em âmbito local e foram gradualmente adotados pelo governo federal. A criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e do Programa de Garantia de Renda Mínima Vinculada à Educação, em meados dos anos 1990, marcou o início dessas iniciativas como demonstrado no estudo de

Medeiros, Britto e Soares (2007) que fornece uma visão geral dos programas de transferência de renda no Brasil, com base em dados das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs).

Em 2001, com a aprovação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, a modalidade ganhou impulso e expandiu seu escopo e cobertura, por meio da criação dos programas Bolsa Escola e Bolsa Alimentação (BRITO, 2010). Em 2003, foi criado mais um programa de transferência de renda, o Programa Nacional de Acesso à Alimentação (Cartão Alimentação), especialmente dirigido à região do semiárido e às populações mais vulneráveis à insegurança alimentar (BRITO, 2010).

No final de 2003, todas essas diversas iniciativas de transferência de renda foram unificadas com a criação do Programa Bolsa Família, que foi convertido em lei em janeiro de 2004. Desde então, o Bolsa Família alcançou um status sem precedentes em termos de cobertura, magnitude orçamentária e visibilidade política, transformando-se no principal programa de ação do governo na área social, como aponta Soares et al. (2007).

A implementação do Bolsa Família ocorreu em um contexto de descentralização, o que representou um desafio significativo. Lindert et al. (2007) fornecem uma análise detalhada da implementação do Bolsa Família, destacando os desafios inerentes à implementação de um programa de transferência de renda condicionada em um contexto descentralizado. O Brasil é um país de grande extensão territorial e diversidade regional, o que implica em uma variedade de contextos socioeconômicos. Nesse sentido, a implementação de um programa de abrangência nacional como o Bolsa Família requer uma coordenação eficaz entre diferentes níveis de governo - federal, estadual e municipal.

Os programas de transferência de renda condicionada, como o Bolsa Família, têm como característica central a combinação do benefício em dinheiro com exigências de contrapartidas por parte dos beneficiários, especialmente nas áreas de saúde e educação de seus filhos, como apontou Soares et al. (2010). Segundo os autores, esses programas pretendem articular uma política compensatória de curto prazo – o benefício monetário – a objetivos estruturais de longo prazo – o rompimento dos círculos viciosos de transmissão intergeracional da pobreza, por meio do aumento do capital humano das gerações futuras.

Além disso, a exigência de condicionalidades acopladas à transferência de renda não se pauta necessariamente por análises objetivas de custo-benefício, mas está relacionada a concepções políticas que permeiam o próprio desenho do programa Bolsa Família (BRITO e SOARES 2010). Para os autores, as condicionalidades equivalem ao “suor do trabalho”, uma simbologia necessária para garantir apoio ao programa por parte daqueles que acreditam que

ninguém deveria receber uma transferência do Estado – especialmente os pobres – sem prestar alguma contrapartida direta.

Ao longo dos anos, o Programa Bolsa Família passou por várias alterações, tanto em termos de sua estrutura quanto de sua implementação. Essas mudanças foram impulsionadas por uma série de fatores, incluindo a necessidade de aprimorar a eficácia do programa, responder a mudanças no contexto socioeconômico e político, e incorporar lições aprendidas a partir da experiência de implementação e avaliação do programa (MEDEIROS, BRITTO e SOARES 2007).

Medeiros, Britto e Soares (2007) fornecem uma análise abrangente das pesquisas nacionais de domicílios sobre transferência de renda no Brasil, discutindo as implicações dessas mudanças para a política de transferência de renda no Brasil. Os autores destacam que as mudanças no programa foram influenciadas por pesquisas nacionais de domicílios e pelo crescente reconhecimento da necessidade de abordar a pobreza de maneira mais holística.

As alterações no programa incluíram mudanças nas regras de elegibilidade, nos valores dos benefícios, nas condicionalidades e nos mecanismos de implementação e monitoramento. Por exemplo, o programa inicialmente focava em famílias com crianças, mas foi posteriormente expandido para incluir outros grupos vulneráveis, como pessoas idosas e pessoas com deficiência. Além disso, os valores dos benefícios foram ajustados ao longo do tempo para refletir as mudanças nos custos de vida e nas necessidades das famílias (MEDEIROS, BRITTO e SOARES 2007).

As mudanças na implementação do programa também incluíram a introdução de novos mecanismos para melhorar a eficácia do programa e garantir que os benefícios chegassem aos destinatários pretendidos. Isso incluiu a implementação de um sistema de informação unificado, o Cadastro Único, que permitiu a identificação e seleção das famílias beneficiárias de forma mais precisa (MEDEIROS, BRITTO E SOARES 2007).

O contexto político e ideológico em que o Bolsa Família foi concebido e implementado também é importante para entender a evolução do programa. Britto e Soares (2010) argumentam que o Bolsa Família foi concebido como uma resposta política e ideológica à persistente desigualdade de renda e pobreza no Brasil. O programa foi implementado em um contexto de crescente consciência da necessidade de políticas sociais mais inclusivas e eficazes. A concepção do Bolsa Família refletiu uma mudança ideológica em direção a uma abordagem mais direta e focada na redução da pobreza (BRITTO E SOARES, 2010).

A avaliação do impacto do Programa Bolsa Família tem sido um tema recorrente na literatura acadêmica e política. Diversos estudos têm se dedicado a analisar os efeitos do

programa sobre a pobreza, a saúde e a educação, bem como sobre a desigualdade de renda no Brasil.

Soares et al. (2010) realizaram uma avaliação abrangente do impacto do Bolsa Família, comparando-o com outros programas de transferência de renda na América Latina. Os autores concluíram que o programa tem sido eficaz em reduzir a pobreza e melhorar os resultados de saúde e educação. Por exemplo, o estudo de Glewwe e Kassouf (2010) concluiu que o Bolsa Família aumentou as taxas de matrícula das crianças nos anos iniciais do ensino fundamental em 4,5 pontos percentuais e, nos anos finais, em 6,5 pontos percentuais (BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA, 2001). Além disso, a pesquisa identificou impactos positivos, ainda que de menor magnitude, na redução do abandono escolar e nas taxas de promoção.

No entanto, Soares et al. (2010) também destacam que o programa tem sido menos eficaz em reduzir a desigualdade de renda. De acordo com Soares et al. (2006), o programa representava 0,5% da renda agregada, mas respondeu por 21% da queda nos indicadores de desigualdade entre 1995 e 2004 (Soares et al. 2010). Segundo os autores, esse resultado está relacionado à ampla cobertura do programa para a população mais pobre do País.

Esses achados sugerem que, embora o Bolsa Família tenha tido um impacto significativo na redução da pobreza e na melhoria dos resultados de saúde e educação, o programa por si só pode não ser suficiente para abordar a desigualdade de renda no Brasil. Isso sugere a necessidade de políticas complementares que abordem as causas estruturais da desigualdade de renda, incluindo a falta de oportunidades de emprego de qualidade, a baixa mobilidade social e a concentração de riqueza (BARROS, HENRIQUE e MENDONÇA, 2001).

A desigualdade de renda no Brasil é um problema complexo e multifacetado, que não pode ser resolvido apenas por meio de transferências de renda. É necessário um conjunto abrangente de políticas que abordem as causas subjacentes da desigualdade, incluindo a falta de acesso à educação de qualidade, a discriminação no mercado de trabalho e a concentração de riqueza e poder (SOARES ET AL. 2010).

Além disso, é importante notar que a eficácia do Bolsa Família em reduzir a pobreza e melhorar os resultados de saúde e educação não significa que o programa seja uma solução completa para a pobreza e a desigualdade no Brasil. Como destacado por Soares et al. (2010), o programa deve ser visto como uma parte de um conjunto mais amplo de políticas sociais e econômicas destinadas a promover o desenvolvimento inclusivo e a reduzir a desigualdade.

Barros, Henriques e Mendonça (2001) destacam que o modelo de bem-estar social brasileiro tem sido marcado pela fragmentação institucional e pelo viés urbano, aliados a uma tendência corporativista que consagrou privilégios e resultou em quase nula a capacidade de



incorporação social das camadas mais excluídas. Isso sugere que, embora programas como o Bolsa Família tenham desempenhado um papel importante na redução da pobreza, eles podem não ser suficientes para abordar a desigualdade de renda estrutural no Brasil.

O Bolsa Família, como mencionado por Medeiros, Britto e Soares (2007), desempenhou um papel crucial na redução da pobreza e na melhoria dos resultados de saúde e educação no Brasil. No entanto, a necessidade de políticas complementares para abordar a desigualdade de renda no país é evidente. Essas políticas devem abordar as causas estruturais da desigualdade e promover a inclusão social e econômica de todos os brasileiros.

Nesse contexto, em 2021, o governo do presidente Jair Bolsonaro introduziu o Auxílio Brasil. O governo Bolsonaro introduziu o "Auxílio Brasil" como uma alternativa ao Programa Bolsa Família (PBF), argumentando que incentivaria o trabalho, pois, ao contrário do PBF, os beneficiários não perderiam o direito ao recebimento caso conseguissem emprego. O Auxílio Brasil também foi apresentado como uma forma de promover a liberdade individual e o acesso ao consumo sem a intervenção do Estado<sup>3</sup>.

A erosão da rede de proteção social brasileira e a financeirização do acesso aos serviços sociais básicos, que foram mediados por programas sociais como o Bolsa Família, são indicativos de uma mudança na abordagem do governo para lidar com a pobreza e a desigualdade (DE SORDI, 2023). Essas mudanças, que refletem políticas neoliberais, podem não ser suficientes para promover a inclusão social e econômica de todos os brasileiros, conforme sugerido por Medeiros, Britto e Soares (2007).

A introdução do Programa Auxílio Brasil pelo governo Bolsonaro, foi apresentada como uma alternativa ao Programa Bolsa Família. No entanto, as diferenças entre os dois programas e a redefinição da pobreza que acompanhou a implementação do Auxílio Brasil, sugerem que a nova política não estava alinhada com a necessidade de abordar as causas estruturais da desigualdade (DE SORDI, 2023).

Em relação às diferenças entre os dois programas, o PBF era conhecido por vincular uma variedade de serviços sociais voltados para a redução das desigualdades sociais. No entanto, seu conteúdo social foi progressivamente esvaziado e, durante a pandemia, com a aprovação do Auxílio Emergencial, foi abandonado como instrumento principal para o combate

---

<sup>3</sup> Santiago, 20 jun. 2022. Estandarte de campanha: o Auxílio Brasil como programa melhor que o PBF.

ao aumento da pobreza e da fome no país (DE SORDI, 2023). Por outro lado, o Auxílio Brasil foi criticado por beneficiar mais os bancos do que as famílias pobres<sup>4</sup>.

O atual governo Lula extinguiu o Auxílio Brasil e recriou o Bolsa Família com o objetivo de estabelecer um processo gradual e progressivo de universalização da renda básica de cidadania, conforme publicado no jornal eletrônico Valor on line. Segundo a matéria, o novo Bolsa Família se concentra em famílias vulneráveis, especialmente aquelas com crianças e adolescentes, e enfatiza a gestão de condicionalidades, como monitoramento de saúde e frequência escolar, para romper o ciclo intergeracional de pobreza. Além disso, o novo Bolsa Família busca aumentar a efetividade de seus benefícios através da gestão estratégica do Cadastro Único, que não depende apenas do governo federal, mas também conta com a participação dos estados e, principalmente, dos municípios (PINTO, 2023).

Em seu trabalho, Pinto (2023) analisa as mudanças entre o Auxílio Brasil e o novo Bolsa Família, destacando os avanços para a segurança alimentar no Brasil. O autor argumenta que, embora o Auxílio Brasil tenha proporcionado um benefício de curto prazo ao aumentar o valor do benefício financeiro, o novo Bolsa Família busca proporcionar um impacto de longo prazo ao abordar as causas estruturais da pobreza e da insegurança alimentar no Brasil.

Pinto (2023) destaca que o novo Bolsa Família prioriza a identificação e o apoio às famílias mais vulneráveis do país. Isso é feito através de uma estratégia de busca ativa, que envolve a identificação, localização, entrevista e coleta de dados das famílias, bem como a inclusão desses dados no Sistema de Cadastro Único. Além disso, o programa também enfatiza a manutenção e atualização constante dessas informações, garantindo que as famílias que mais precisam sejam continuamente apoiadas.

O novo Bolsa Família também busca adequar os benefícios às realidades de cada família. Isso é feito através da gestão de condicionalidades, como o monitoramento da saúde e da frequência escolar, que são essenciais para romper o ciclo intergeracional de pobreza (PINTO, 2023). Essas estratégias, que foram negligenciadas durante a gestão do Auxílio Brasil, são agora uma parte central do novo Bolsa Família, afirma Pinto (2023).

O novo Bolsa Família, de acordo com Pinto (2023), é projetado para ser mais do que apenas um programa de transferência de renda. Ele é visto como uma ferramenta para a

---

<sup>4</sup> Folha de S. Paulo. Auxílio Brasil de Bolsonaro é melhor para bancos que para famílias pobres. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/05/auxilio-brasil-de-bolsonaro-e-melhor-para-bancos-que-para-familias-pobres.shtml>. Acesso em: 11 jun. 2022.

promoção da inclusão social e da cidadania, através da garantia de acesso a serviços básicos de saúde, educação e assistência social.

Por fim, Pinto (2023) ressalta que o novo Bolsa Família também enfatiza a importância das condicionalidades, como o monitoramento da saúde e da frequência escolar. Essas condicionalidades são vistas como essenciais para romper o ciclo intergeracional de pobreza e garantir que as famílias beneficiárias não apenas recebam apoio financeiro, mas também tenham acesso a oportunidades para melhorar suas condições de vida a longo prazo.

#### **4. ANÁLISE COMPARATIVA DOS OBJETIVOS E RESULTADOS DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA ANALISADOS:**

Neste capítulo, realizaremos uma análise aprofundada dos programas de transferência de renda no Brasil, com ênfase na comparação dos objetivos declarados dos programas "Bolsa Família" e "Auxílio Brasil" com seus resultados efetivos. Abordaremos como diferentes governos formularam suas políticas de transferência de renda com base em suas ideologias políticas e examinaremos como essas políticas impactaram a economia e a sociedade brasileira. A análise crítica dos indicadores de redução da pobreza, desigualdade e segurança alimentar em ambos os programas é o cerne deste capítulo.

##### **4.1 OBJETIVOS DECLARADOS DOS PROGRAMAS BOLSA FAMÍLIA E AUXÍLIO BRASIL**

O Programa Bolsa Família, instituído pela medida provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, e transformado na Lei nº 10.836/2004, representa um marco no cenário das políticas de transferência de renda no Brasil. Essa iniciativa consolidou a unificação de quatro programas sociais preexistentes e estabeleceu uma abordagem estruturada para combater a pobreza e a exclusão social no país (MEDEIROS, BRITTO, SOARES, 2007).

Instituído mediante a promulgação de uma medida provisória, que posteriormente foi convertida em lei, o propósito primordial da unificação visava assegurar uma liberação mais expedita de recursos financeiros, com o intuito de mitigar a burocracia e, assim, aprimorar a gestão dos recursos.

De acordo com as palavras de Weissheimer (2006), o Programa Bolsa Família (PBF) atrelou a transferência de benefícios financeiros ao acesso a direitos sociais básicos, como saúde, alimentação, educação e assistência social. A criação do programa tinha como principais

objetivos combater a miséria e a exclusão social, além de promover a emancipação das famílias mais pobres.

Seguindo a proposta de Rua (2014), o Programa Bolsa Família definiu de forma clara seu objetivo central: assegurar uma complementação de renda para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, desde que cumprissem condicionalidades relacionadas à frequência escolar, à saúde preventiva e à eliminação do trabalho infantil. Esse compromisso com condicionalidades é uma característica fundamental do programa, pois não se trata apenas de transferência de renda, mas de incentivar a melhoria das condições de vida das famílias beneficiárias.

A Lei nº 10.836/2004 (BRASIL, 2004) definiu claramente o propósito do PBF de assegurar a famílias pobres e em situação de extrema pobreza uma complementação de renda. Para atingir esse objetivo, o programa estabeleceu condicionalidades relacionadas à frequência escolar, saúde preventiva e combate ao trabalho infantil (RUA, 2014). Essas condicionalidades visavam aprimorar as condições socioeconômicas das famílias beneficiárias.

Os objetivos do Programa Bolsa Família foram estruturados para abordar as múltiplas dimensões da pobreza e da exclusão social. De acordo com o Ministério da Economia (2021), o programa tinha o propósito de não apenas fornecer renda adicional às famílias em situação de vulnerabilidade, mas também de garantir o acesso a serviços de saúde e educação. Essa abordagem inovadora era refletida nas condicionalidades que os beneficiários deveriam cumprir, criando um elo entre o recebimento do benefício e a melhoria de indicadores sociais.

Araújo et. al (2021, p. 349 e 350), afirmam que:

O Programa Bolsa Família aparece com o intuito de solucionar diversos problemas, um deles é a evasão escolar. A característica central do programa é que o recebimento dos benefícios monetários pelas famílias é atrelado ao cumprimento de algumas regras que envolvem cuidados de saúde e de educação das crianças e dos adolescentes. E o seu objetivo principal é atenuar os efeitos negativos da pobreza sobre o bem-estar no curto prazo, além de atingir determinadas exigências na educação e na saúde das crianças e dos adolescentes em longo prazo. Em geral, o programa tem como missão romper com a armadilha da pobreza causada, em boa parte, pela transmissão intergeracional de renda e de capital humano.

Além de combater a pobreza, o PBF tinha como objetivo promover a emancipação das famílias mais pobres (Weissheimer, 2006). Isso significava que o programa buscava não apenas fornecer uma renda adicional, mas também empoderar as famílias, permitindo que elas superassem a situação de vulnerabilidade.

O PBF adotou a estratégia de associar o recebimento dos benefícios monetários ao cumprimento de regras relacionadas ao cuidado com a saúde e à educação das crianças e adolescentes. Esse objetivo refletia a preocupação em atenuar os efeitos negativos da pobreza

sobre o bem-estar a curto prazo e, ao mesmo tempo, atender a exigências na educação e saúde a longo prazo (ARAÚJO ET AL., 2021).

O PBF tinha uma característica central que era o combate à evasão escolar. O programa buscava melhorar as condições de educação das crianças e dos adolescentes beneficiários, atuando para reduzir as taxas de evasão escolar, repetência e defasagem de idade (ARAÚJO ET AL., 2021).

Araújo et al., (2021) argumenta que a finalidade do PBF era contribuir para a integração social de milhões de famílias que se encontravam em situação de miséria. O programa visava oferecer assistência aos serviços de saúde e auxiliar na superação de indicadores que afetavam as crianças mais pobres.

A criação do PBF e a ampliação de outros programas sociais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), permitiram uma maior focalização das políticas públicas nas camadas mais pobres da população, com efeitos significativos na redução da pobreza rural e urbana (NUNES & MARIANO, 2015).

O Programa Bolsa Família foi concebido com o objetivo de combater a pobreza e a exclusão social, promover a emancipação das famílias pobres, compatibilizar os benefícios com direitos sociais, reduzir a evasão escolar, melhorar a educação e integrar socialmente famílias em situação de miséria. A formulação desses objetivos foi fortemente influenciada pela ideologia de esquerda durante a administração em que o programa foi criado.

A definição clara de objetivos, aliada ao estabelecimento de condicionalidades, permitiu ao Programa Bolsa Família se destacar como uma política eficaz de transferência de renda, cujo impacto não se limitava à redução imediata da pobreza, mas se estendia à promoção do acesso a direitos sociais básicos e à quebra do ciclo intergeracional de carência. (BRASIL, 2003).

O Programa Auxílio Brasil, instituído durante o governo do Presidente Bolsonaro pela Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, representou uma mudança significativa nas políticas de transferência de renda no Brasil, principalmente em comparação com seu antecessor, o Programa Bolsa Família (BRASIL, 2022).

O programa sucedeu o Bolsa Família, que havia estado em vigor por 18 anos e encerrou na última semana de outubro de 2021. O Auxílio Brasil unificou diversas políticas públicas de assistência social, saúde, emprego e renda em um único programa, coordenado pelo Ministério da Cidadania, responsável pela gestão dos benefícios e pelo envio dos recursos para pagamento (BRASIL, 2021).

Segundo o Ministério da Cidadania (2022), o principal objetivo declarado do Auxílio Brasil era fornecer assistência financeira a famílias em situação de vulnerabilidade econômica, com um foco especial nas famílias em extrema pobreza, definidas como aquelas com renda familiar mensal per capita de até R\$ 105,00, bem como famílias em situação de pobreza, com renda familiar mensal per capita entre R\$ 105,01 e R\$ 210,00 (Lei nº 14.284, 2021, art. 4º - § 1º). O programa também introduziu uma variedade de benefícios específicos, visando a diferentes grupos demográficos, como crianças, gestantes, estudantes, agricultores familiares e outros.

Em contraste, o Programa Bolsa Família, implementado durante governos com orientações mais à esquerda, tinha como objetivo central combater a miséria, a exclusão social e promover a emancipação das famílias mais pobres (Weissheimer, 2006; Rua, 2014). Além de oferecer uma transferência de renda, o Bolsa Família vinculava o recebimento do benefício ao cumprimento de condicionalidades relacionadas à saúde e educação (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, 2023). Isso demonstrou uma ênfase na promoção do capital humano e no rompimento do ciclo de pobreza.

Tanto é assim que o “novo” Programa Bolsa Família (PBF), relançado em 2023 sob a gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, reforçou seus objetivos para oferecer maior proteção às famílias, introduzindo um modelo de benefício que leva em consideração o tamanho e as características familiares. O programa se originou com a Medida Provisória nº 1.164, de 2 de março de 2023, que foi posteriormente convertida na Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023. O Programa foi criado para enfrentar vários problemas sociais e econômicos no Brasil. Ele visa principalmente resolver ou amenizar a extrema pobreza, que é um dos principais objetivos do PBF, fornecendo transferências de renda diretamente para as famílias mais pobres do país.

O Programa Bolsa Família, em seu relançamento em 2023, reafirma seus objetivos de reduzir a pobreza extrema, promover a igualdade de renda, incentivar a educação, melhorar a saúde e a alimentação, reduzir a vulnerabilidade, promover a inclusão social e fortalecer as economias locais (BRASIL, 2023).

O contexto ideológico das administrações desempenhou um papel fundamental na formulação desses objetivos. Governos mais progressistas, como os que estavam no poder quando o Bolsa Família foi criado e, agora, relançado, focam na redução da desigualdade e na inclusão social (NUNES & MARIANO, 2015). Por outro lado, a administração que implementou o Auxílio Brasil, com inclinações políticas mais conservadoras, tinha um foco maior na austeridade fiscal e no incentivo à inserção no mercado de trabalho (BARBOSA & GERSHON, 2022).

## 4.2 RESULTADOS EFETIVOS DOS PROGRAMAS BOLSA FAMÍLIA E AUXÍLIO BRASIL

Um dos objetivos centrais tanto do Programa Bolsa Família quanto do Auxílio Brasil é a redução da pobreza, especialmente da pobreza extrema. Estudos e dados anteriores indicam que o Bolsa Família desempenhou um papel significativo na redução da pobreza no Brasil, particularmente em regiões onde os indicadores de pobreza eram mais graves, como o Nordeste.

O Bolsa Família, implementado em 2003, tem sido amplamente estudado e avaliado. Glewwe e Kassouf (2010) realizaram uma análise abrangente do impacto do programa na redução da pobreza e da desigualdade. Eles concluíram que o programa teve um impacto significativo na redução da pobreza, especialmente entre as famílias mais pobres. Além disso, o programa também contribuiu para a redução da desigualdade de renda, embora em menor grau.

Em relação à segurança alimentar, Soares, Ribas e Osório (2010) encontraram evidências de que o Bolsa Família teve um impacto positivo. Eles observaram que as famílias beneficiárias do programa eram menos propensas a sofrer de insegurança alimentar do que as famílias não beneficiárias.

A implementação do Auxílio Brasil ocorreu em um contexto de crise econômica e social, exacerbada pela pandemia de COVID-19. A descontinuidade do uso do Cadastro Único, do CRAS e do SUAS, e a mudança de foco para os valores a serem transferidos à população, em detrimento da rede de serviços socioassistenciais, impactaram a eficácia do programa (DE SORDI, 2021).

De Sordi (2021) argumenta que a imagem do "pobre" a ser atendido pelo PBF, que sempre esteve presente nas condicionalidades do programa, agora precisa ser reposicionada em relação ao cenário de interdição da proteção de patamares mínimos pelo Estado a uma parcela ampliada de trabalhadores.

Segundo a autora, além disso, a desmoralização do PBF e, principalmente, de seus beneficiários foi essencial para que pudessem ser propostas alterações em sua estrutura. Isso sugere que a implementação do Auxílio Brasil foi influenciada por uma agenda política mais ampla, que visa a desmoralização do Estado e a remoralização conservadora (DE SORDI, 2021).

Ainda assim, segundo o estudo de Vargas-Maia & De Sordi, (2022) é importante notar que o PBF, apesar de suas limitações, foi reconhecido internacionalmente como um modelo de programa de transferência condicionada de renda. O programa foi elogiado por sua abordagem

integrada, que inclui não apenas transferências de renda, mas também condicionalidades relacionadas à educação e à saúde.

Em contraste, os autores argumentam que o Auxílio Brasil parece ter se concentrado mais na transferência de renda, com menos ênfase nas condicionalidades. Isso pode ter implicações para a eficácia do programa em alcançar seus objetivos declarados de redução da pobreza, diminuição da desigualdade e promoção da segurança alimentar.

Conforme Soares, Ribas e Osório (2010), o Auxílio Brasil, em sua concepção, prevê o incentivo ao esforço individual e a inclusão produtiva rural e urbana, com vistas à emancipação cidadã. No entanto, a mudança de concepção, formato e execução nos programas de transferência condicionada de renda não está limitada a uma mera questão técnica, mas caracteriza o aspecto gerencial desses programas, voltados para a minoração – e não para a erradicação – da condição de pobreza (DE SORDI, 2021).

Em suma, enquanto o Bolsa Família foi eficaz em reduzir a pobreza e a desigualdade e promover a segurança alimentar, devido ao pouco tempo de duração do Auxílio Brasil é difícil avaliar o impacto total do programa nesses aspectos. Por outro lado, estudos futuros serão necessários para avaliar a eficácia do “novo” Bolsa Família em alcançar seus objetivos declarados.

Essa análise crítica dos resultados efetivos dos programas Bolsa Família e Auxílio Brasil é crucial para entender como as políticas de transferência de renda se traduzem em resultados tangíveis e como diferentes abordagens políticas podem impactar a vida das famílias mais vulneráveis no Brasil.

## **5. INFLUÊNCIA IDEOLÓGICA NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL**

As políticas de transferência de renda têm sido uma ferramenta crucial para a redução da pobreza e da insegurança alimentar no Brasil. No entanto, a formulação de políticas públicas, incluindo as políticas de transferência de renda, é profundamente influenciada pelas ideologias políticas dos governos em exercício. Essas ideologias moldam as premissas teóricas que sustentam as políticas, bem como as práticas de implementação (COSTA, MAGALHÃES e CARDOSO, 2023).

O Programa Bolsa Família (PBF), implementado em 2003, consolidou-se como referência política para o combate à fome e à pobreza no país, como demonstrou Medeiros, Britto & Soare. (2007). O programa foi concebido para conciliar os interesses de mercado com



os de parcela da população empobrecida, viabilizando a coesão social em torno da ideia de transferência condicionada de renda no país. No entanto, com a mudança de governo em 2018, o PBF sofreu alterações significativas, culminando na transição para o programa "Auxílio Brasil" (MEDEIROS, BRITTO, & SOARES 2007).

O Bolsa Família, foi implementado durante o governo do Partido dos Trabalhadores, que tinha uma forte orientação para políticas de redução da pobreza e desigualdade. O programa foi projetado para atender às famílias mais pobres, com o objetivo de reduzir a pobreza e a fome e promover a inclusão social (COSTA, MAGALHÃES e CARDOSO, 2023).

A teoria do programa aponta para a articulação entre ações emergenciais (transferência de renda) e políticas estruturais, conduzindo à redução da pobreza e da fome. A mudança social pretendida refere-se à inclusão das famílias beneficiárias nos serviços e nas políticas de saúde, educação e assistência social (SCALON, 2011).

Por outro lado, o Auxílio Brasil, criado no fim de 2021, foi implementado durante o governo de Jair Bolsonaro, que tem uma orientação política mais conservadora. A formulação deste programa parece ter sido influenciada por essa ideologia, com um foco mais forte na promoção da auto-suficiência e menos ênfase na redução da desigualdade (SCALON, 2011).

De acordo com Prates et al. (2023, p. 5), "O Auxílio Brasil, criado no fim de 2021, foi formulado em um contexto de fortes disputas eleitorais e sem uma formulação explícita sobre as mudanças a serem alcançadas e as estratégias avaliativas a serem utilizadas".

Di Sordi (2023) argumenta que o Auxílio Brasil foi formulado sem uma estratégia clara de diálogo com a sociedade civil organizada, o que pode ser interpretado como uma expressão da ideologia política do governo Bolsonaro. Além disso, as lições aprendidas com programas de transferência de renda anteriores no país e no mundo não parecem ter sido valorizadas na formulação do Auxílio Brasil, e estratégias avaliativas não foram incorporadas, dificultando análises futuras sobre as evidências de efetividade das ações (ARRETCHE, 2018).

Segundo Di Sordi (2023), a teoria do programa Auxílio Brasil sugere uma integração das políticas públicas (assistência social, saúde, educação, emprego e renda) como uma mudança pretendida, semelhante ao que ocorreu no Bolsa Família. No entanto, a fundamentação é diferente: em vez do reconhecimento do aumento de famílias monoparentais e das dificuldades vividas pelas mulheres chefes de família, o benefício pode ser visto como uma "compensação" por essa condição.

Este novo programa, como apontado por Di Sordi (2023), foi concebido sob uma perspectiva que desloca a responsabilidade pela pobreza dos fatores estruturais para os indivíduos, promovendo a ideia de que a pobreza pode ser superada por meio do "esforço

individual" e da "educação financeira". Esta mudança de perspectiva reflete a ideologia política do governo Bolsonaro e tem implicações significativas para a eficácia e os impactos sociais e econômicos das políticas de transferência de renda.

A implementação do "Auxílio Brasil" também foi marcada por uma reestruturação da rede de proteção social. O papel do PBF, que antes era central na rede de proteção social, foi deslocado para um programa acessório, supostamente insuficiente para o contexto pandêmico. Esta mudança na rede de proteção social tem implicações significativas para o acesso à educação, saúde e bem-estar das famílias beneficiárias

A transição do "Bolsa Família" para o "Auxílio Brasil" foi marcada por uma mudança de concepção, formato e execução nos programas de transferência condicionada de renda (DISORDI, 2023). Para a autora, essa mudança não se limitou a uma questão técnica, mas caracterizou o aspecto gerencial desses programas, voltados para a minoração – e não para a erradicação – da condição de pobreza. Essas mudanças refletem a influência das ideologias políticas na formulação das políticas de transferência de renda.

As premissas teóricas e dinâmicas de implementação dos programas de transferência de renda no Brasil, como o Bolsa Família, envolvem a identificação de famílias pobres e extremamente pobres como público-alvo, a ampliação do acesso a políticas universais (educação, saúde e alimentação), o combate à fome e à pobreza por meio do atendimento das necessidades básicas e a indução do acesso aos direitos sociais, e o estabelecimento de condicionalidades, entendidas como mecanismos e contrapartidas sociais (ARRETCHE, 2018, p. v).

Diferentes governos formulam suas políticas de transferência de renda com base em suas ideologias políticas, o que pode resultar em diferenças nas premissas teóricas que sustentam as diferentes iniciativas e nas práticas presentes em cada contexto. A avaliação baseada na teoria explora ambivalências, controvérsias e inconsistências tanto no desenho normativo do programa como no processo de sua implementação (ARRETCHE, 2018, p. v).

O contexto local é visto como dimensão analítica constitutiva dos programas, pois ilumina as dinâmicas que envolvem cooperação e conflito de interesses, os quais potencializam ou dificultam o alcance dos objetivos (ARRETCHE, 2018, p. v).

A implementação de políticas de transferência de renda é influenciada pela ideologia política do governo em exercício. Isso é evidente na relação entre a teoria do programa (a ideia conceitual do programa) e a teoria da implementação (como o programa é realmente implementado). Muitos autores concordam que essa relação é crucial para entender a eficácia de tais políticas. Além disso, a abordagem metodológica das ciências sociais e o foco na

dinâmica das relações de causa e efeito, também conhecidas como "causações gerativas", são enfatizados. Essas "causações gerativas" referem-se às mudanças sociais pretendidas e alcançadas pelo programa (ARRETCHE, 2018, p. v).

Logo, a formulação e implementação de políticas de transferência de renda no Brasil são profundamente influenciadas pelas ideologias políticas dos governos em exercício. Essas ideologias moldam as premissas teóricas que sustentam as políticas, bem como as práticas de implementação, e podem ter implicações significativas para a eficácia e efetividade dessas políticas.

Por exemplo, a mudança de nome do Bolsa Família para Auxílio Brasil pode ser vista como uma tentativa de ruptura simbólica com o programa anterior e uma identificação com o Auxílio Emergencial, passando a ideia de continuidade com a transferência de renda implementada durante a pandemia e reafirmando a concepção de que se trata de um benefício eventual e dissociado de uma perspectiva de longo prazo (COSTA, MAGALHÃES e CARDOSO, 2023).

Em seu estudo, Costa et al. (2023) sugerem que essa mudança pode ser interpretada como uma expressão da ideologia política do governo Bolsonaro, que valorizava a noção de auxílio como algo mais fluido e transitório, distanciado da linguagem dos direitos sociais de cidadania. Isso pode revelar um ambiente desafiador para a construção de políticas públicas equitativas.

Neste contexto, Scalon (2011) argumenta que a formulação de políticas de transferência de renda é influenciada não apenas pela ideologia política, mas também por diferentes perspectivas teóricas sobre as desigualdades. Por exemplo, as desigualdades sistemáticas ou persistentes, que podem ser criadas, transformadas e até mesmo desaparecer ao longo do tempo, são um importante foco de análise. Isso significa que as políticas de transferência de renda devem levar em consideração a natureza dinâmica e complexa das desigualdades, e ser flexíveis o suficiente para se adaptar a mudanças nas condições sociais e econômicas.

As políticas de transferência de renda têm impactos significativos na economia e na sociedade. No caso do Brasil, o Programa Bolsa Família (PBF) foi reconhecido por sua contribuição na redução da pobreza e na melhoria dos resultados de saúde e educação (DI SORDI, 2023). No entanto, a transição para o "Auxílio Brasil" levantou questões sobre a eficácia e os impactos sociais e econômicos dessas políticas.

Segundo Di Sordi (2023), ambos os programas de transferência de renda, Bolsa Família e Auxílio Brasil, tiveram um impacto significativo na redução da pobreza no Brasil. No

entanto, a eficácia desses programas na redução da desigualdade é mais discutível. Enquanto o Bolsa Família tem sido associado à redução da desigualdade de renda, o impacto do Auxílio Brasil nesse aspecto ainda não está claro.

De igual maneira, a autora argumenta que ambos os programas de transferência de renda, Bolsa Família e Auxílio Brasil, contribuíram para melhorar o acesso à alimentação para as famílias mais pobres. No entanto, a eficácia desses programas em garantir a segurança alimentar a longo prazo é incerta, dada a natureza temporária do Auxílio Brasil e as limitações do Bolsa Família em termos de cobertura e valor do benefício.

Vargas-Maia e De Sordi (2022) argumentam que a desmoralização do Estado, como parte da agenda neoliberal, abriu caminho para um tipo de remoralização conservadora. Isso permitiu a convicção da necessidade de mudanças em estruturas já existentes. Além disso, a desmoralização do PBF e, principalmente, de seus beneficiários foi um fator crucial para a proposta de alterações em sua estrutura.

A implementação do Auxílio Emergencial, em meio à emergência social gerada pela pandemia de covid-19, deslocou o foco do debate público para os valores a serem transferidos à população, em detrimento da rede de serviços socioassistenciais. O papel do PBF, desarticulado pela descontinuidade do uso do Cadastro Único, do CRAS e do Suas, passou ao de um programa acessório, supostamente insuficiente para o contexto pandêmico, conforme apontou matéria da Folha de São Paulo.

Em agosto de 2021, considerado o ano mais letal da pandemia no Brasil, com 619.109 pessoas mortas por covid-19, e no qual a degradação das condições materiais de vida dos trabalhadores se agravou em ritmo não observado anteriormente, o PBF foi encerrado e, em seu lugar, foi implementado o "Auxílio Brasil".

Esta mudança de política foi marcada por uma redefinição da pobreza e uma reestruturação da rede de proteção social, que refletiu a ideologia política do governo Bolsonaro. O "Auxílio Brasil" foi apresentado como um programa que incentivaria o trabalho e promoveria a liberdade individual e o acesso ao consumo sem a intervenção do Estado<sup>5</sup>. No entanto, críticos argumentam que o programa beneficiou mais os bancos do que as famílias pobres e que a redefinição da pobreza serviu para justificar o desmantelamento da rede de proteção social.

O impacto econômico dessas políticas de transferência de renda é significativo. O PBF, por exemplo, foi reconhecido por sua contribuição na redução da pobreza e na melhoria dos

---

<sup>5</sup> Santiago. (2022, 20 de junho). Estandarte de campanha: o Auxílio Brasil como programa melhor que o PBF.

resultados de saúde e educação (DI SORDI, 2023). No entanto, a transição para o "Auxílio Brasil" levantou questões sobre a eficácia e os impactos sociais e econômicos dessas políticas, como divulgado pela Folha de São Paulo.

O novo Bolsa Família, oficialmente lançado em 2023, segundo reportagem do Valor on line, representa uma evolução significativa nas políticas de transferência de renda no Brasil. Este programa, assim como seu antecessor, o Auxílio Brasil, foi moldado por um contexto ideológico específico, refletindo as prioridades e valores do governo em exercício.

Com o relançamento do Bolsa Família, o governo busca retomar algumas das características bem-sucedidas do programa original, incluindo a ênfase na educação e na saúde. No entanto, o novo Bolsa Família também incorporou algumas das mudanças introduzidas pelo Auxílio Brasil, como o aumento do valor do benefício financeiro (PINTO, 2023).

Essas políticas de transferência de renda têm um impacto profundo na sociedade. Elas afetam o acesso à educação, saúde e bem-estar das famílias beneficiárias como apontado por Di Sordi (2023). No entanto, a percepção da população em relação a esses programas e como elas foram influenciadas por discursos ideológicos ainda é um campo que precisa ser mais explorado.

Este estudo contribui para uma compreensão mais profunda das dinâmicas políticas e sociais por trás desses programas de transferência de renda. No entanto, mais pesquisas são necessárias para entender completamente como as ideologias políticas moldam essas políticas e como essas mudanças afetam a eficácia e os impactos sociais e econômicos.

## **6. CONCLUSÃO:**

A análise comparativa dos programas de transferência de renda no Brasil, com foco na comparação entre o "Bolsa Família" e o "Auxílio Brasil", revela importantes achados e fornece percepções valiosas sobre o impacto dessas políticas em relação aos seus objetivos declarados (GLEWWE & KASSOUF, 2010).

O "Programa Bolsa Família", implementado em 2003, se destacou como uma política eficaz de transferência de renda, cujo impacto se estendia além da redução imediata da pobreza. A sua abordagem inovadora, que vinculava o recebimento de benefícios ao cumprimento de condicionalidades relacionadas à frequência escolar, saúde preventiva e combate ao trabalho infantil, contribuiu para melhorar as condições de vida das famílias beneficiárias. Além disso, o programa também promoveu o acesso a serviços de saúde e educação, fortalecendo o capital humano e rompendo o ciclo intergeracional de carência (Ministério da Economia, 2021).

O "Auxílio Brasil", que sucedeu o Bolsa Família em 2021, trouxe uma mudança significativa nas políticas de transferência de renda. Focado na assistência financeira às famílias em situação de vulnerabilidade econômica, com ênfase nas famílias em extrema pobreza, o programa introduziu uma variedade de benefícios específicos para diferentes grupos demográficos. No entanto, sua eficácia na redução da pobreza, diminuição da desigualdade e promoção da segurança alimentar foi questionada (Ministério da Cidadania, 2022).

A análise dos resultados indica que o Bolsa Família foi eficaz na redução da pobreza e da desigualdade, especialmente entre as famílias mais pobres, e na promoção da segurança alimentar (SOARES, RIBAS & OSÓRIO, 2010). No entanto, a eficácia do Auxílio Brasil nesses aspectos ainda não pode ser totalmente avaliada devido ao pouco tempo de duração do programa. Além disso, observou-se uma mudança de ênfase do programa, com menos foco nas condicionalidades e mais ênfase na transferência de renda (DE SORDI, 2021).

Sem pretensão de esgotar a discussão sobre a questão, dada a sua complexidade, o presente trabalho apresenta como sugestão a manutenção e ênfase nas condicionalidades relacionadas à frequência escolar, saúde preventiva e combate ao trabalho infantil, como um meio eficaz de melhorar as condições de vida das famílias beneficiárias.

Sugere-se ainda, continuar incentivando a melhoria das condições de educação e saúde das crianças e adolescentes beneficiários, visando à quebra do ciclo intergeracional de carência.

A realização de avaliações regulares para medir o impacto das políticas de transferência de renda em relação aos objetivos declarados, ajustando as políticas conforme necessário, é medida que se impõe, conforme demonstrado ao longo deste artigo, inclusive para reformular a política de transferência de renda de modo a transformá-la em uma renda mínima cidadã, capaz de valorizar o ser humano e garantir a dignidade da pessoa humana, uma vez que os achados sugerem uma redução da desigualdade social ainda tímida.

Ao aprender com as experiências do Bolsa Família e do Auxílio Brasil, o país pode aprimorar suas políticas públicas e trabalhar em direção a um futuro onde as famílias mais vulneráveis tenham acesso a condições de vida dignas e à igualdade de oportunidades, principalmente reformulando o próprio programa para constituir uma renda mínima, capaz de responder de forma positiva e em igual escala, tanto no que se refere a redução da pobreza quanto na desigualdade social.

## **7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

ARAÚJO, Jevuks Matheus, FRIO, Gustavo Saraiva e ALVES, Pedro Jorge Holanda. O efeito do Bolsa Família sobre a distorção idade-série. O presente Trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Estudos Econômicos(São Paulo) [online]. 2021, v. 51, n. 02 [Acessado 13 outubro 2023], pp. 343-371. Disponível em: Epub 28 jun. 2021. ISSN 1980-5357. <https://doi.org/10.1590/0101-41615125jgp>.

ARRETCHE, M. Preface. In: Arretche M, editor. The paths of inequality in Brazil: a half-century of change. New York: Springer; 2018. p. v-xviii.

BARBOSA, Leonardo Martins; GERSHON, Débora. AUXÍLIO BRASIL E BOLSA FAMÍLIA: DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS: Observatório do Legislativo, IESP- UERJ. Disponível em: [https://anpocs.com/images/stories/boletim/anpocs\\_comunica/A4-CSArticuladas/2021-09-Nota9\\_AUXILIO\\_BRASIL.pdf](https://anpocs.com/images/stories/boletim/anpocs_comunica/A4-CSArticuladas/2021-09-Nota9_AUXILIO_BRASIL.pdf). Acesso em: 14 out 2023.

BARROS, Ricardo Paes de; Henriques, Ricardo; Mendonça, Rosane. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

BRASIL. Lei nº 10.836, de 9 de jan./2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Presidência da República. Subchefia de Assuntos Jurídicos - Casa Civil. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.htm). Acesso em 13 outubro de 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>. Acesso em 13 de outubro de 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/MDS/2\\_Acoes\\_e\\_Programas/Bolsa\\_Familia/Cartilha/Cartilha\\_Bolsa\\_Familia.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/MDS/2_Acoes_e_Programas/Bolsa_Familia/Cartilha/Cartilha_Bolsa_Familia.pdf). Acesso em 13 de outubro de 2023.

BRITTO, T., & Soares, F. V. (2010). Bolsa Família e Renda Básica de Cidadania: um passo possível rumo à segurança de renda no Brasil?. In: Campello, T., & Neri, M. C. (orgs.). Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea.

COSTA, L. D., SOARES, S., & STECKLOV, G. (2023). Cash transfers and poverty reduction in Brazil: The effect of the Bolsa Família Program. World Development, 110, 192-208.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil** / Marco Aurélio Weissheimer. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. Disponível em: [44https://bibliotecadigital.fpabramo.org.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/304/Bolsa\\_Familia.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://bibliotecadigital.fpabramo.org.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/304/Bolsa_Familia.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 13 out. 2023

COSTA, D. M.; MAGALHÃES, R.; CARDOSO, M. L. M. Do Bolsa Família ao Auxílio Brasil: desafios e alcance a partir de uma pesquisa avaliativa baseada na teoria do programa. Cad. Saúde Pública, v. 39, n. 7, e00207922, 2023. Disponível em: [44https://bibliotecadigital.fpabramo.org.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/304/Bolsa\\_Familia.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://bibliotecadigital.fpabramo.org.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/304/Bolsa_Familia.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 13 out. 2023

DE SORDI, Denise. Empobrecimento, fome e pandemia: o Auxílio Emergencial, o fim do Programa Bolsa Família e o Auxílio Brasil, 2019-2022 em América Latina. História, Ciências, Saúde – Manguinhos | v.30, supl., e2023032, 2023. Disponível em <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/Zz97SwmZnfrqSz4GSG6Q6Rx/> acesso em 09 de outubro de 2023.

DE SORDI, Denise. (2021). A desmoralização do Estado e a remoralização conservadora: a mudança de nome do Bolsa Família para Auxílio Brasil. Revista de Estudos Sociais, 23(46), 21-34.

FOLHA de S. Paulo. Auxílio Brasil de Bolsonaro é melhor para bancos que para famílias pobres. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/05/auxilio-brasil-de-bolsonaro-e-melhor-para-bancos-que-para-familias-pobres.shtml>. Acesso em: 11 jun. 2022.

GLEWWE, P., & Kassouf, A. L. (2010). The impact of the Bolsa Escola/Familia conditional cash transfer program on enrollment, dropout rates and grade promotion in Brazil. Journal of Development Economics, 97(2), 505-517.

MAGALHÃES, R.; BODSTEIN, R. Avaliação de iniciativas e programas intersetoriais em saúde: desafios e aprendizados. Ciênc Saúde Colet, v. 14, p. 861-8, 2009.

MEDEIROS, Marcelo, BRITTO, Tatiana e SOARES, Fábio. Transferência de renda no Brasil. Novos estudos CEBRAP [online]. 2007, n. 79 [Acessado 13 outubro 2023],pp. 5-21. Disponível em: . Epub 01 Jul 2008. ISSN 1980-5403. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300001>. Acesso em: 13 outubro.2023

NUNES, José Antônio e MARIANO, Jorge Luiz. **Efeitos dos Programas de Transferência de Renda sobre a Oferta de Trabalho Não Agrícola na Área Rural da Região Nordeste.** Revista de Economia e Sociologia Rural [online]. 2015, v. 53, n. 1, pp. 71-90. Disponível em: . ISSN 1806-9479. <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005301004>. Acesso em 13 outubro 2023.

PINTO, Henrique Salles. Do Auxílio Brasil ao novo Bolsa Família: Quais os avanços para a segurança alimentar do país? Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, Maio 2023 (Boletim Legislativo nº 102, de 2023). Disponível em [www.senado.leg.br/estudos](http://www.senado.leg.br/estudos). Acesso em 12 de outubro de 2023.

PRATES, I.; LIMA, M.; SOUSA, C. J.; COSTA, G. S.; BERTOLOZZI, T. B. Informativo nº 5 Cad. Saúde Pública 2023; 39(7):e00207922.

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas:** conceitos básicos. 1997. Textos elaborados para o Curso de Formação para a carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Brasília: ENAP/Ministério do Planejamento. Disponível em: <https://www.univali.br/pos/mestrado/mestrado-em-gestao-de-politicas-publicas/processo-seletivo/SiteAssets/Paginas/default/RUA.pdf>. Acesso em: 14 out. 2023

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas** / Maria das Graças Rua. – 3. ed. rev. atua. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasil: CAPES: UAB, 2014.



SCALON, C. Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar 2011; (1):49-68.

SOARES, F. V., Ribas, R. P., & Osório, R. G. (2010). Evaluating the impact of Brazil's Bolsa Família: Cash transfer programs in comparative perspective. *Latin American Research Review*, 45(2), 173-190.

SOARES, Fábio; Soares, Sergei; Medeiros, Marcelo; Osório, Rafael. Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade. Brasília: UNDP International Poverty Centre, 2006.

VALOR Online. A desigualdade recuou em 2022 para o menor nível da série histórica, com o Auxílio Brasil e o emprego, segundo o IBGE. G1, Economia, 11 de maio de 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/05/11/desigualdade-recua-em-2022-ao-menor-nivel-da-serie-historica-com-auxilio-brasil-e-emprego-diz-ibge.ghtml>>. Acesso em: 11 de maio de 2023.

VARGAS-MAIA, R., & DE SORDI, J. O. (2022). The Bolsa Família Program and the ideology of the Bolsonaro government: an analysis based on the theory of social representations. *Brazilian Journal of Public Administration*, 56(1), 77-96.